



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS COARI
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEAMENTO



NOTA TÉCNICA Nº 03/2025 – CIARRC/DAP/CCO/IFAM

PROCESSO LICITAÇÃO: 23443.002569/2022-10

PROCESSO CONTRATAÇÃO: 23389.000160/2024-22

PREGÃO: 20/2022 SRP UASG 158142 - REITORIA

EMPRESA: LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA - CNPJ: 00.482.840/0001-38

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TERCEIRIZADO DE APOIO ADMINISTRATIVO COM MÃO DE OBRA CONTINUADA

CONTRATO: 01/2024 – IFAM CAMPUS COARI (UASG: 158447)

ASSUNTO: 1ª PRORROGAÇÃO CONTRATUAL (CCT AM000218/2024)

1. FINALIDADE

A presente Nota Técnica tem por finalidade apresentar os fundamentos legais, técnicos e operacionais que justificam a prorrogação contratual do Contrato nº 01/2024, celebrado entre o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM CAMPUS COARI** e a contratada **LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 00.482.840/0001-38**, cujo objeto consiste na prestação de serviço terceirizado de apoio administrativo com mão de obra continuada, com fundamento na Instrução Normativa nº 05/2017 da SEGES/MPDG.

2. CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O Contrato vigente firmado em 09 de abril de 2024, com vigência até 09 de abril de 2025. Considerando a continuidade da necessidade dos serviços objeto do Contrato e o desempenho satisfatório da contratada, avaliado periodicamente pela fiscalização, entende-se ser tecnicamente viável e vantajosa a prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses, conforme previsto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 e na IN nº 05/2017.

Justifica-se a prorrogação pelos seguintes motivos:

- Continuidade da prestação dos serviços à Administração;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS COARI
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEAMENTO



- Adequado cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;
- Economia e vantajosidade em relação a nova contratação;
- Planejamento da contratação futura de forma mais eficiente.

3. FUNDAMENTO LEGAL

A prorrogação contratual está amparada pelos seguintes dispositivos legais e normativos:

- Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993;
- Art. 4º, §1º e Art. 31 e 32 da IN nº 05/2017 da SEGES/MPDG.

4. ANÁLISE DE DESEMPENHO E ANÁLISE DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores apresentados na Planilha De Custos E Formação De Preços foram extraídos da planilha modelo de uso obrigatório conforme anexo do Edital do Pregão nº 20/2022.

Nos valores propostos estão incluídos todos os custos operacionais, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital.

A análise buscou destacar pontos que estão em desacordo com a legislação vigente e possíveis erros de preenchimento e tem como fato gerador a publicação da CCT AM000218/2024 que fixa a vigência da Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01 de junho de 2024 a 31 de maio de 2025 e a data-base da categoria em 01 de junho de 2024, conforme tabela abaixo:

4.1. Módulo 1: Composição Da Remuneração

A remuneração apresentada é aquela que consta na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT AM000218/2024.

4.2. Do módulo 2 – Encargos e Benefícios anuais, Mensais e Diários

O componente do **Módulo 2: Encargos Benefícios Anuais, Mensais e Diários** está de acordo com a legislação vigente, entendimento do TCU e planilha de formação de preços do Pregão nº 20/2022.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS COARI
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEAMENTO



No Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições: O cálculo efetuado pela empresa está de acordo com a legislação vigente, conforme legislação trabalhista.

4.3. Dos custos não renováveis

A prorrogação contratual tem que ser formalizada em Termo Aditivo, precedida da análise dos custos fixos ou variáveis não renováveis conforme orientação constante do item 9 do Anexo IX da IN 05/2017 e do item 17 da Nota Técnica nº 652/2017, ambas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, visando negociação de valores, conforme especifica os normativos abaixo:

IN SEGES 05/2017

ANEXO IX

9. A administração deverá realizar a negociação contratual para a redução/eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano de contratação.

Nota técnica 652/2017 – MPDG

(...)

17. Já na prorrogação do contrato, entende-se que atinge a exclusão de itens não renováveis, a exemplo dos provisionamentos para maternidade, paternidade, ausências legais, aviso prévio trabalhado e indenizado, dentre outros, a depender da especificidade da contratação. Explica-se: se esses custos forem provisionados e não utilizados no decorrer do primeiro ano de contrato, quando da prorrogação, se não excluídos, serão considerados custos *bis in idem*, haja vista que estar-se-á provisionando novamente o mesmo custo. Por outro lado, se esses custos forem utilizados serão computados novamente. À vista disso, quando da prorrogação contratual, o gestor do contrato deve avaliar todos os custos que não foram utilizados e fazer a supressão. Caso tenham sido utilizados, mesmo parcial, deverão compor novamente a planilha para fins de prorrogação, de forma complementar/proporcional.

4.4. Módulo 3 – Provisão para Rescisão

Neste Módulo estão presentes as verbas indenizatórias que incidem no momento de desligamento do empregado da contratada. Seus parâmetros, bem como aqueles do Módulo 4 são condizentes com os praticados por órgãos da Administração Pública, utilizando índices probabilísticos a serem aplicados sobre o total da Remuneração presente no Módulo 1.

O tratamento dispensado a este custo, deve ser dispensando, uma vez que a análise se trata de Renovação e/ou Prorrogação Contratual.

- a) Se a contratada tiver utilizado determinado custo, da Prorrogação, ele deverá ser mantido;
- b) Se a Contratada não tiver utilizado, da Prorrogação, este custo não deverá ser renovado;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS COARI
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEAMENTO



- c) Se a Contratada utilizou parcialmente, da Prorrogação, o item deverá ser renovado de forma parcial e proporcionalmente.

A nota técnica nº 652/2017 – MPDG aborda de forma mais contundente a retirada/amortização dos custos não renováveis quando da prorrogação do contrato. No item 23 da referida Nota, a mesma aponta que os custos de Aviso Prévio Indenizado (API) e Aviso Prévio Trabalhado (APT) serão amortizados a partir da prorrogação:

Nota Técnica 652/2017

23. Levando em consideração o sobrescrito, em paralelismo com a rescisão, denota-se que o instituto do Aviso Prévio é uno (gênero), tendo como espécie o APT e o API. O que, por seu turno, enseja que deva ser levado em consideração no seu todo, tanto para exclusão de sua incidência ou não. Note-se, que a Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011, a seguir colacionada, não biparte o Aviso Prévio. Assim, à vista desses preceptivos, entende-se que o Custo do Aviso Prévio, seja trabalhado ou indenizado, previsto no contrato (planilha de formação de preços) que não forem utilizados no primeiro ano de contratação deverão ser eliminados, para que não caracterize custos bis in idem, pois já foram pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência do contrato. Caso o gestor do contrato avalie que esses custos foram utilizados, mesmo que parcial, deverão compor novamente a planilha para fins de prorrogação, de forma complementar.

No decorrer da Nota Técnica 652/2017, ela aponta como fazer a exclusão ou amortização dos referidos custos do aviso prévio:

Nota Técnica 652/2017

26. Em primeira análise, com esboço no art. 1º da Lei nº 12.506, de 2011, já citado, é cediço que o Aviso Prévio é proporcional ao tempo de serviço na mesma empresa. Dessa forma, a cada ano de efetivo serviço na mesma empresa, além dos 30 (trinta) dias, serão acrescidos 3(três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias. Nessa linha, transpassando para a realidade fática dos contratos administrativos, os quais tem vigência contratual de até 60 (sessenta) meses - inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, já mencionado -, a previsão para efeito de cálculo do aviso prévio, considera-se os 30 (trinta) dias, no primeiro ano de contrato, sendo que a cada ano de prorrogação contratual serão acrescidos 3(três) dias, até o limite máximo de 42 (quarenta e dois) dias, haja vista que os contratos poderão ser prorrogados até 60 (sessenta) meses.

27. Dessa forma, caso no primeiro ano de contratação não haja incidência desses custos (aviso prévio trabalhado e indenizado), os 30 (trinta dias) deverão ser excluídos e contabilizado somente mais 3 (três) dias. E assim sucessivamente com os anos posteriores. Caso não haja incidência acrescenta somente mais 3 (três) dias, até o limite de quarenta e dois dias. Pode-se considerar que isto representa 10% (dez por cento) do valor originalmente apresentado na proposta. Dessa forma, esclarece-se que o valor apresentado na proposta deve ser “zerado”, levando-se para o ano



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS COARI
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEAMENTO



seguinte apenas o valor correspondente a 10% (dez por cento), ou seja 3/30 do valor original.

28. Exemplificando, se o percentual a ser provisionado for de 2,23% para o aviso prévio, este será “zerado” no primeiro ano e irá para o ano seguinte o percentual de 0,22% (10% de 2,23%), e assim, sucessivamente para os anos seguintes até o encerramento do contrato. Todavia, a cada ano de prorrogação será considerado também custos não renováveis, ou seja, serão excluídos da planilha e considerado mais três dias. No entanto, caso haja incidência desses custos, entende-se que não devam ser excluídos, de modo que sejam contabilizados, na sua proporcionalidade, na planilha de preços. Alerta-se que essa menção carece de avaliação pormenorizada do órgão contratante.

O destaque está nos custos de “Multa do FGTS” que permanecem com seus percentuais inalterados por serem considerados **CUSTOS RENOVÁVEIS** presentes no Módulo 3, conforme ilustra a abordada Nota Técnica 652/2017:

Nota Técnica 652/2017

(...)

33.3 Que o evento “multa do FGTS” - seja para aviso prévio trabalhado ou indenizado - não são considerados custos não renováveis, tendo em vista que esses custos são partes integrantes do ciclo remuneratório do trabalhador, ou seja, será computado sobre todos os depósitos realizados durante a vigência do contrato de trabalho, o que de forma reflexa incide sobre a provisão da rescisão, para efeito de cálculo de formação de preços para contratação dos serviços terceirizados.

Desta forma, não houve desligamentos durante a execução dos serviços. Concluindo-se que os cálculos apresentados por **Comissão Interna de Análises de Repactuações e das Renovações de Contratos do IFAM Campus Coari no Exercício de 2025** seguiram o que rege a Nota Técnica, a Lei 12.506/11 e de acordo com os atos normativos.

4.5. Vale Transporte

A empresa **LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA** deve utilizar como referência para o vale transporte o valor de R\$ 5,00 (cinco reais e zero centavos) que é equivalente ao valor da taxa cobrada pelas Associações de Moto Táxi da cidade de Coari-AM, uma vez que na localidade não há transporte coletivo.

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO CUSTO COM VALE TRANSPORTE								
Categoria	Dias trabalhado	Valor (R\$)	Qtd p/ dia	Total (R\$)	SAL.BAS E (R\$)	%	Total do Desconto (R\$)	Custo do Empregador
Cozinheiro	22	5,00	2	220,00	1.633,96	6,00%	98,03	101,97
Aux. de Cozinha	22	5,00	2	220,00	1.602,86	6,00%	96,17	123,83

Fonte: NCC/DAP/CCO/IFAM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS COARI
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEAMENTO



Nota 01: Na proposta da Proponente, utiliza o regulamento do Decreto nº 5.581, de 19 de maio de 2023. Contudo, o ato normativo de referência só possui efeito jurídico nos limites do município de Manaus por se tratar de Decreto Municipal do âmbito daquele município.

Nota 02: A Proponente deve utilizar o que regulamento o Decreto nº 983, de 08 de abril de 2022, o qual regulamento o valor da taxa cobrada em Coari pelas Associações de Moto-Táxi na cidade de Coari.

Nota 03: o Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987 que estabelecia proporcionalidade de 50% foi revogado pelo Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021.

Para tanto, deve-se considerar o valor a pagar, aquele exposto no resultado desta análise.

4.6. Insumos Diversos

O Módulo 5 tem por finalidade prever o custeio para os seguintes itens: uniformes, materiais e equipamentos. Em regra, a metodologia utilizada para adoção do Módulo 5 é a realização de pesquisa com os fornecedores, contudo, pode-se utilizar como fonte o Painel de Preços e as contratações similares de outros entes públicos.

- a) Uniformes: são insumos que podem ser utilizados diretamente na execução dos serviços levando em consideração que durante a execução contratual, os valores contratos para uniformes podem ser reajustados a partir da definição de um índice de correção, em regra, é utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.
- b) Materiais: para a adequada prestação de serviços, a Administração pode exigir no Termo de Referência que a Contratada forneça os materiais necessários à execução contratual. Em relação a reajuste, aplica-se os mesmos entendimentos firmados no item anterior.
- c) Equipamentos: os valores referentes às despesas com equipamentos, diferentemente dos itens anteriores, não estão sujeitos ao reajuste de preços, aplicando-se regras de depreciação. A taxa anual de depreciação de um bem, será fixada em função do prazo, durante o qual se possa esperar utilização econômica, tendo como limite depreciável o valor do próprio, devendo ser registrada na escrituração contábil da pessoa jurídica como custo ou despesa operacional. A Receita Federal do Brasil, regulamento o assunto por meio da Instrução Normativa nº 1.700, de 14 de março de 2017. Todavia, a Instrução Normativa nº 05/2017 estabelece que o Termo de Referência deve trazer previsões de regras quanto à depreciação de equipamentos a serem utilizados no serviço, tendo em vista o seu impacto no valor global das licitantes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS COARI
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEAMENTO



A composição deste Módulo, na Prorrogação contratual, deve ser analisada de acordo com o Atos Normativos que disciplinam a temática. Esta **Comissão Interna de Análises de Repactuações e das Renovações de Contratos do IFAM Campus Coari no Exercício de 2025**, na interpretação da legislação vigente, aplica o que disciplina tais atos normativos levando em consideração o que regulamenta a Instrução Normativa SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998, de acordo com o art. 1º da referida norma.

4.7. Custos Indiretos

Para o Módulo 6- Custos Indiretos, Tributos e Lucros, no que concerne à carga tributária, as empresas licitantes devem apresentar os percentuais conforme o regime tributário adotado junto à Receita Federal do Brasil, para os demais itens que compõem o Módulo 6, as empresas possuem liberdade para a cotação, tendo em vista que os percentuais alocados nesta parte da Planilha de Custos e Formação de Preços não são vinculados a dispositivos legais ou índices estatísticos. Entretanto, considera-se uma boa prática o estabelecimento, pela Administração Pública, de percentuais máximos para os itens de custos indiretos e lucro.

Para a comprovação do regime tributário adotado junto à Receita Federal do Brasil, a Contratada deverá apresentar documentação hábil, a fim de que se possa certificar que as alíquotas das contribuições consignadas na Planilha de Custos e Formação de Preços conferem com seu respectivo regime tributário.

5. VANTAJOSIDADE ECONÔMICA

Foi realizada análise comparativa entre os custos do contrato atual e os preços de mercado, com base no Painel de Preços do Governo Federal e planilha de custos apresentada pela contratada, os valores permanecem compatíveis com o mercado, garantindo a vantajosidade da prorrogação.

Para efeitos de Apostilamento, os valores a serem informados para a primeira Prorrogação Contratual é de R\$ 4.497,96 (Quatro mil, quatrocentos e noventa e sete reais e noventa e seis centavos) equivalente a 01 (um) posto de serviço para Cozinheiro, o que corresponde a R\$ 4.497,96 (Quatro mil, novecentos e noventa e sete reais e noventa e seis centavos) mensalmente. Para o posto de Auxiliar de Cozinheiro, deverá ser informado os valores R\$ 8.869,44 (Oito mil, oitocentos e sessenta e nove reais e quarenta e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS COARI
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEAMENTO



quatro centavos) equivalente a 02 (dois) posto de serviço, o que corresponde a R\$ 13.367,40 (Treze mil, trezentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos) mensalmente, com efeitos a partir de 06/04/2025.

6. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que estão presentes os pressupostos legais e técnicos para a prorrogação do Contrato 01/2024 com a contratada **LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA** pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 06 de abril de 2025, nos termos da IN nº 05/2017 e da Lei 14.133/2021.

RONEISON BATISTA RAMOS

Presidente

Portaria nº 049/GDG/CCO/IFAM, 13.03.25

ROMEUSANTOS DE SOUZA

Membro

Portaria nº 049/GDG/CCO/IFAM, 13.03.25

JOSIAS SOUZA DE ALMEIDA

Membro

Portaria nº 049/GDG/CCO/IFAM, 13.03.25